Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Programa de Pós-graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA)



Relatório com as principais notícias divulgadas pela mídia relacionadas com a agricultura

Área Temática: Agro-Bioenergia

Período de Análise: maio de 2009.

Mídias analisadas:

Jornal Valor Econômico
Jornal Folha de São Paulo
Jornal O Globo
Jornal Estado de São Paulo
Sítio eletrônico do MDS
Sítio eletrônico do MDA
Sítio Eletrônico do MMA
Sítio eletrônico do INCRA
Sítio eletrônico da CONAB
Sítio eletrônico do MAPA
Sítio eletrônico da Agência Carta Maior
Sítio Eletrônico da Fetraf
Sítio Eletrônico da MST
Sítio Eletrônico da Contag
Sítio Eletrônico da Abag
Sítio Eletrônico da CNA
Sítio Eletrônico da CPT
Revista Isto é Dinheiro Rural
Revista Globo Rural

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Índice

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL 4

Etanol 4

Usina Albertina volta a funcionar - Gustavo Porto – Estado de São Paulo – Negócios – 15/05/2009 4

Conab confirma safra maior de cana – Valor econômico – agronegócios – 04/05/2009 5

Bolsa deverá lançar contrato futuro para álcool hidratado – Patrick Cruz – Valor Econômico – Agronegócios – 06/05/2009 5

Usinas querem elevar mistura de álcool na gasolina – MÔNICA Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios – 07/05/2009 6

Usinas do oeste de SP e do MS criam empresa – Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios – 08/05/2009 8

Crise azeda aniversário do etanol – Renée Pereira – Estado de São Paulo – Economia – 24/05/2009 8

Petrolíferas apoiam pesquisas comoetanol - Clifford Krauss – Estado de São Paulo- Economia e Negócios – 28/05/2009 10

BP vai investir US$1 bilhão emGoiás - Eduardo Magossi – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 30/05/2009 12

POLÍTICA NACIONAL DE BIOCOMBUSTÍVEIS 14

Etanol 14

Produtor pode financiar estocagem de etanol – Sítio Eletrônico da CNA – 06/05/2009 14

Agência ambiental dos EUA valida o etanol de cana – Ricardo Balthazar – Valor econômico – Agronegócios – 06/05/2009 14

A segunda revolução do etanol – Renée Pereira – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 31/05/2009 16

Empresa produz diesel da cana-de-açúcar – Renée Pereira – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 31/05/2009 18

Empresa de etanol ligada à GM busca parceria no Brasil – Cleide Silva – Estado de São PAulo – Economia e Negócios – 31/05/2009 19

Produção de etanol celulósico será discutida pela Organização Internacional do Açúcar – Sítio Eletrônico do MAPA – 22/05/2009 20

Biodiesel 22

Mistura de biodiesel no diesel sobe para 4% - Gerusa Marques e Célia Froufe – Estado de São Paulo – Economia – 15/05/2009 22

ADIÇÃO DE BIODIESEL VAI A 4% EM JULHO, DIZ LOBÃO – Folha de São Paulo – Dinheiro – 15/05/2009 23

"Biodiesel" não se firma como alternativa para produção familiar – Sítio Eletrônico do MST – 11/05/2009 23

Diesel receberá adição de 4% de biodiesel em julho – Paulo de Tarso Lyra – Valor Econômico – Brasil – 15/05/2009 27

RELAÇÕES INTERNACIONAIS 29

Etanol 29

EUA vetam expansão do etanol de milho - Patrícia Campos Mello – Estado de São Paulo – Internacional – 06/05/2009 29

A hora e a vez de uma política de preços para combustíveis – Luiz Augusto Horta – Valor Econômico – Opinião – 12/05/2009 30

AMBIENTE ESTRATÉGICO E EMPRESARIAL

Etanol

Usina Albertina volta a funcionar - Gustavo Porto – Estado de São Paulo – Negócios – 15/05/2009

Os credores da Usina Albertina,de Sertãozinho(SP), aprovaram ontem, por maioria absoluta, o plano de recuperação judicial da companhia sucroalcooleira, que deve iniciar a moagem da safra 2009/2010 entre 15 e 20 de junho.

Após a ratificação da Justiça de Sertãozinho, onde o processo corre desde novembro de 2008, a primeira medida do plano de recuperação judicial prevê a liberação, pelos credores com garantia real, de 400 mil sacas de açúcar, avaliadas em R$16milhões. O valor arrecadado com a venda será utilizado para fazer a usina voltar a operar, para o pagamento de cerca de R$ 3 milhões em salários atrasados dos 860 funcionários e ainda dos credores de dívidas trabalhistas estimadas em R$ 1,37 milhão. Serão cinco parcelas entre julho e novembro.

O pagamento dos mais de 600 credores sem garantia real, cuja dívida é estimada em R$ 68 milhões, será feito por meio do abatimento inicial de até R$ 20mil em parcelas mensais até novembro. “Com isso, a companhia espera saldar a dívida da maior parte dos credores”,disse o consultor Marcelo Milliet, gestor financeiro da Albertina. Para os fornecedores de cana, o valor da dívida que superarR$ 20mil será quitado em 24 parcelas mensais a partir de novembro, corrigidas pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).

Os credores com garantias reais (cuja dívida chega aR$110milhões),que na prática devem financiar a recuperação da Albertina, terão duas saídas. Uma é converter o valor de seus créditos em ações da companhia e assumir a empresa, ou esperar por umprimeiro leilão da Albertina, previsto para ocorrer em até um ano e meio após a homologação da recuperação judicial, ou em um segundo leilão, seis meses depois desse período caso o preço mínimo do primeiro leilão não seja atingido.

O leilão será exclusivamente da chamada Unidade ProdutivaIsolada(UPI),que inclui apenas ativos industriais e agrícolas, excluindo passivos fiscais e judiciais, estimados em R$ 120 milhões, bem como de créditos judiciais previstos. Os credores comgarantias reais

são seis: HSHNordbank, o fundo Callao/Crecera,a trading Multigrain, a Cooperativa Agrícola Mista de Adamantina, a União e o Bradesco.

Conab confirma safra maior de cana – Valor econômico – agronegócios – 04/05/2009

O esmagamento de cana-de-açúcar pode crescer até 10,7% neste ano, de acordo com o primeiro dos três levantamentos sobre a safra elaborado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Um dos fatores que ajudam a explicar a previsão de aumento é que há 28 milhões de toneladas de cana madura ainda da safra de 2008, que serão moídas na atual temporada.

Segundo a primeira rodada de projeções da Conab, a indústria sucroalcooleira deverá esmagar entre 622,03 milhões e 633,72 milhões. Nesse intervalo, se atingido, o crescimento ficará entre 8,6% e 10,7% na comparação com as 572,57 milhões de toneladas esmagadas 2008. As estimativas foram apresentadas na quinta-feira.

Segundo a Conab, também há espaço para crescimento porque a área plantada cresceu 9,9% de um ano a outro, movimento que se seguiu ao início da produção em cerca de 25 usinas. Até 2008, de acordo com a Conab, os canaviais destinados à indústria sucroalcooleira ocupavam 7,08 milhões de hectares, área que passou a 7,79 milhões de hectares. A área global de cana, para todos os usos, cresceu 1,8%, de 9,4 milhões para 9,59 milhões de hectares.

A colheita deverá atingir o volume recorde de 674,8 milhões de toneladas, o que, se alcançado, representará um aumento de 3,3% em comparação com a temporada anterior. Os Estados do Centro-Sul são responsáveis pelo processamento de 90% da produção e os das regiões Norte e Nordeste, pelo restante. São Paulo permanecerá com a maior produção no país. Em 2009, o volume no estado deverá ficar entre 360,41 milhões e 367,69 milhões de toneladas.

Bolsa deverá lançar contrato futuro para álcool hidratado – Patrick Cruz – Valor Econômico – Agronegócios – 06/05/2009

A BM&FBovespa vai tentar dar novo impulso aos seus contratos futuros de produtos agropecuários do setor sucroalcooleiro, que não têm mostrado massa crítica. Dois anos depois de lançar o contrato futuro de etanol anidro, voltado ao combustível que é

exportado, a bolsa pretende lançar o contrato de etanol hidratado, lastreado no combustível consumido no mercado interno.

"O contrato de etanol anidro, com base nos preços do porto de Santos, depende das janelas de oportunidade de exportação, mas elas se fecharam com a baixa do preço do petróleo", diz Ivan Wedekin, diretor de commodities da BM&FBovespa. O contrato de etanol hidratado, se vingar, terá como base preços praticados na região de Paulínia (SP). O hidratado corresponde a dois terços do álcool brasileiro, segundo Wedekin.

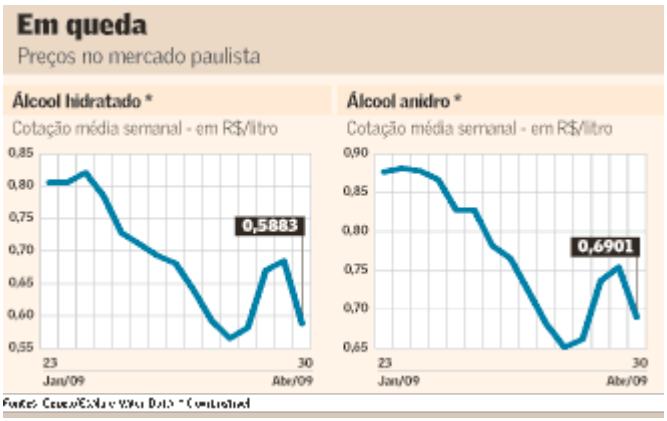
A negociação de etanol no mercado futuro começou em maio de 2007 na bolsa brasileira. Neste ano, com o declínio das cotações do petróleo, sua negociação desapareceu. A BM&FBovespa ainda não publicou o volume de negócios de abril, mas, em março, não foi negociado nenhum contrato de etanol na bolsa brasileira. De açúcar cristal, foram apenas 50 papéis transacionados, em um universo de 188,5 milhões de papéis negociados naquele mês, 17,3% menor que o de março de 2008.

O novo contrato não só criaria mercado futuro para um produto em que o Brasil é protagonista internacional, como ajudaria os futuros agrícolas a ganharem peso na negociação de derivativos no país.**(PC)**

Usinas querem elevar mistura de álcool na gasolina – MÔNICA Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios – 07/05/2009

Parte das usinas sucroalcooleiras do país trabalha para que o governo aumente a mistura dos atuais 25%, percentual que já está no seu limite máximo, para 30%. Consultas informais já foram feitas ao governo há pelo menos um mês, mas ainda não há disposição para que essa alteração ocorra, segundo apurou o Valor.

A redução ou elevação da mistura é usada como um mecanismo para controlar a oferta do combustível no país. Em 2006, por exemplo, a mistura do álcool anidro na gasolina estava em 20% porque a oferta de álcool naquela época estava apertada. A redução foi aprovada como uma manobra para impedir a forte alta dos preços do etanol no mercado interno e controlar a oferta para evitar o desabastecimento.



Atualmente, os preços do álcool seguem em curva acentuada de baixa, movimento que foi observado durante boa parte da entressafra no Centro-Sul do Brasil.

A elevação da mistura na gasolina dos atuais 25% para 30% não é permitida. "O governo teria que alterar a lei. Também não se pode simplesmente elevar a mistura porque pode afetar o desempenho dos automóveis", afirmou uma fonte ao Valor.

O país consome por ano cerca de 25 bilhões de litros de gasolina C (com mistura de álcool anidro), o que representa a utilização de 6,25 bilhões de litros de anidro. Se houver alteração para 30%, o volume de álcool anidro utilizado saltaria para 7,5 bilhões litros, ou seja, um volume de 1,25 bilhão de litros de álcool a mais que seria retirado do mercado interno.

Procurada, a Unica (União da Indústria da Cana-de-Açúcar) informou que não está coordenando este tipo de reivindicação para o setor sucroalcooleiro.

A expectativa do mercado é de que os preços do álcool voltem a ficar firmes a partir do segundo semestre. "A safra será mais açucareira por causa da elevação dos preços da commodity. Isto deverá dar suporte às cotações do combustível", afirmou a mesma fonte. "Essa reivindicação [da alteração da mistura] começou a ser feita antes mesmo do governo anunciar o pacote de ajuda ao setor", disse. O governo anunciou a liberação de cerca de R$ 2,5 bilhões para financiar a estocagem de álcool para evitar as oscilações dos preços.

Na semana encerrada no dia 30 de abril, o indicador Cepea/Esalq para o álcool hidratado fechou a R$ 0,5883 o litro (sem impostos), baixa de 14,1% sobre a semana anterior. O litro do anidro encerrou a R$ 0,6901 (sem impostos), baixa de 8,51% no mesmo período. O preço atual do hidratado é 23% menor que o de igual período do ano passado (sem considerar a inflação do período). A desvalorização do anidro é de 14%, segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea).

Usinas do oeste de SP e do MS criam empresa – Mônica Scaramuzzo – Valor Econômico – Agronegócios – 08/05/2009

Vinte e cinco usinas sucroalcooleiras da região oeste do Estado de São Paulo e do Mato Grosso do Sul anunciaram, na quinta-feira, a criação da Brasil Etanol Business Center (Brasil EBC), com sede em Araçatuba (SP).

Neste primeiro momento, a recém-criada empresa não deverá atuar como trading, mas como um canal para organizar o sistema de informação sobre oferta e demanda de etanol, oferecendo subsídios para que as usinas associadas decidam sobre a venda, afirmou Fernando Perri, que está à frente da companhia.

Segundo Perri, a Brasil EBC será uma empresa de serviços. Se ganhar corpo, no futuro poderá até se tornar uma trading. A desorganização e a forte expansão da produção sucroalcooleira nas regiões do oeste paulista e do Mato Grosso do sul, que nos últimos anos receberam pesados investimentos para a construção de novas unidades, levaram à criação da nova empresa, de acordo com Perri. "Esperamos ganhar a adesão de outras usinas dessas regiões nos próximos meses", disse o executivo.

A expectativa é de que essas 25 usinas representem, no médio prazo, 10% da produção de etanol comercializada no Centro-Sul do país. A região deverá colher cerca de 550 milhões de toneladas de cana na safra 2009/10. A produção de etanol deverá alcançar 26,3 bilhões de litros.

Crise azeda aniversário do etanol – Renée Pereira – Estado de São Paulo – Economia – 24/05/2009

Combustível que começou a ser comercializado no País há três décadas terá produção reduzida este ano

Os problemas financeiros que atingiramosetorsucroalcooleiro desde o aprofundamento da crise, em setembro do ano passado, estragaram a festa dos 30 anos do início de comercialização do etanol no Brasil, comemorados neste mês. Foi em maio de 1979, quatro anos depois do lançamento do Proálcool, que16postosdaPetrobrás começaram a abastecer dois mil automóveis adaptados ao combustível.Delápracá,oproduto passou por vários altos e baixos,comoodesabastecimento da década de 80, que desmoralizou o setor por vários anos. Apartirde2002,como avanço das discussões em torno do ProtocolodeKyoto(acordoque estabelecia metas de controle dos gases causadores do efeito estufa a partir de 2008) e, mais tarde, com o lançamento dos

veículosflex,oProálcoolfoirevitalizado. Uma nova onda de investimentosfavoreceuosetore centenas de usinas foram construídas para elevar a produção nacional.

Oetanolganhouimportância no contexto do esforço contra o aquecimento global e virou alternativa para a alta do petróleo. Investidores do mundo inteiro, inclusive do mercado financeiro, despejaram bilhões de dólares no País em novas plantas para produzir álcool. Mas a euforia deu lugar à frustração. Primeiroveioobombardeiode críticasque relacionava o aumento da produção de biocombustíveis ao aumento de preços dos alimentos. Depois, a crise mundial. Altamente endividadas no curto prazo, muitas empresas passaram a ter problemas de liquidez uma vez que o mercado de crédito mundial se fechou, destacaopresidentedoSindicato de Açúcar e Álcool de Minas Gerais,LuizCustódioCotta. Algumas companhias entraram com pedido de recuperação judicial, a exemplo do que ocorreu terça-feira com a Infinity, quedetémdívidadeR$1 bilhão. Outras decidiram declarar, temporariamente,umamoratória com o Fisco. Sem recursos para capital de giro e até para pagar o salário dos funcionários, algumas empresas estão usando o dinheiro dos tributos para sobreviver, explica o diretordaUniãodaIndústriadaCana-de-Açúcar (Unica), Antônio Pádua Rodrigues. Segundo ele, porém, essa situação tem sido mais comum no Nordeste.

"Sem acesso ao crédito, eles forampedirumempréstimo- salário para o governo federal para honrar seus compromissos."

Em São Paulo, maior produtor do País, a solução encontrada pelos usineiros foi inundar o mercado de combustível. A decisão derrubou o preço do litro do combustível para abaixo de R$ 1 em alguns postos da cidade, na semana passada. "Hoje estamos vendendo etanol abaixo do custo de produção", afirma o presidente da União dos Produtores de Bioenergia (Udop), José Carlos Toledo.

Essa iniciativa, no entanto, podeterconsequênciasnofuturo, afirmamos especialistas. Isso porque o preço do combustível estimula o aumento do consumo. Oproblemaéque,comos prejuízos do etanol, a indústria decidiu elevar a produção de açúcar, cujo preço está mais atrativonomercadointernacional por causa da quebra de safra da Índia, que de exportadora passou a importadora este ano. Segundo Pádua, a produção do setor em 2009 será 45% voltada para o açúcar e 55% para o álcool.Em2008, esses porcentuais eram de 40% e 60%, respectivamente. Os dois fatores somados – maior consumo de álcool e maior produção de açúcar – devem representar uma escalada do preço do combustível para o consumidor no segundo semestre.

Outrofatorquejogouumbalde de água fria nos planos dos investidoresfoiadificuldadepara abrir o mercado internacionalparaoetanol. Comquedado

petróleo,asdiscussõesdiminuíram enquanto a produção aumentou. "O etanol não vai virar commodity num estalar de dedos", diz Pádua. "Vai ocorrer, mas num prazo mais longo". Segundoele,oqueosetorprecisa, nomomento,édeumapolítica energética clara. "De temposemtempos, o governo elege umtipo de combustível para incentivar.

Na década de 70, foi o etanol, depois a gasolina. Mais tarde, decidiu-se pelo gás naturalveicular." A dúvida agora é se o pré-sal promoverá mais alguma mudança.

Petrolíferas apoiam pesquisas comoetanol - Clifford Krauss – Estado de São Paulo-Economia e Negócios – 28/05/2009

Durante décadas, as grandes companhias de petróleo e o lobby agrícola disputaram sobre o etanol, com os fazendeiros promovendo uma maior produção dele e os refinadores argumentando que ele era ineficiente e pouco faria para solucionar os problemas energéticos do país.

Então,porquetécnicosdagiganteBPestão trabalhando numa usina experimental de etanol em Jennings, ajudando-a a se tornar mais eficiente? Os inimigosdeoutroraestãogradualmente aprendendo a se entenderporqueparecequeosrefinadores veem uma necessidade cada vez maior de se envolver na produção de etanol. O etanol, fabricado principalmente a partir do milho, representa hoje cerca de 9% do mercado de combustíveis do país. E essa porcentagem está crescendo. Com a sede por gasolina do país,epeloetanolqueémisturado a ela, que deve se reanimar quando a economia o fizer, as companhias de petróleo querem estar em posição de tirar plena vantagem da situação.

O interesse manifestado pelas grandes petrolíferas está chegando no momento oportuno para pequenas empresas queprecisamdesesperadamente de capital e não o conseguem nosmercadosprivadosdehoje.

Tome-se o caso da Verenium Corp.,uma pequena companhia de Cambridge, Massachusetts, que está testando em Jennings biocombustíveis em cooperação com a BP. Em vez de etanol produzido a partir de culturasdealimentos,osparceiros estão idealizando uma versão a partir de gramíneas da família da cana-de-açúcar.

Os experimentos são uma preparação para construir uma segunda usina de US$ 250 milhões na Flórida com a capacidade de produzir 36 milhões de galões por ano de novos biocombustíveis– aprimeirausina comercial de seu tipo construída com dinheiro e expertise de companhias petrolíferas. Cientistas da Verenium já desenvolveramumcaldosecretodeenzimas e micróbios que fermentamedestilambiomassaemetanol. AgoraaBPestácontribuindo com expertise técnica para regularastemperaturasepressões nos tanques.

Osucessocomercialnãoégarantido, é claro. Mas o fato de uma grande petrolífera fazer uma aliança com objetivos comerciaiscomaVereniuméconsiderado uma inovação para muitos executivos do etanol.

Há dois anos apenas, a BP contabilizava apenasuminvestimento minúsculo em biocombustíveis.

Mas desde então, a companhia comprometeu US$ 1,5 bilhão em vários projetos.

Alémde seu trabalhocoma Verenium, ela entrounumaparceria com uma empresa brasileira no ano passado para produzir o etanol de cana-de-açúcar.

Aslições aprendidasnaLouisiana poderão ajudar a converteracanabrasileiraembiocombustíveis mais avançados, dizem pesquisadores, produzindoumanova reserva potencialmente enorme para a BP.

A BP também fala com otimismosobreumaparceriacom a DuPont para testar a produçãodebiobutanol, umcombustível de álcool líquido avançado que é produzido das mesmas plantas alimentícias que os etanóis avançados e é compatível com os oleodutos e os motores existentes. Executivos dizem queocombustívelpoderácomeçar a ser produzidoemgrandes quantidades até 2013.

"Podemosverosbiocombustíveiscomoumreservatóriopotencial realmente grande", disse Phil New, presidente da Unidade BP Biofuels da companhia."

Umaempresadeenergia entrar na agricultura de canade- açúcar é uma medida muito significativa." As companhias de petróleo ainda estão céticas sobreoetanol convencional, especialmente o tipo produzido domilho,que,segundoelas,corrói oleodutos e é ineficiente.

A usina de Jennings é apenas um sinal de que as grandes companhias de petróleo estão aceitando os biocombustíveis aindaquedemalgrado–emparticular, aqueles feitos de restos e fontes não alimentares, que não carregam o estigma do etanol de milho de elevar o preço dos alimentos.

As petrolíferas dizem também que à medida que o petróleo bruto vai se tornando cada vez mais difícil e caro de encontrar, os biocombustíveis poderão reforçar suas reservas. "Haveráumademanda para todos esses combustíveis", disseGraemeSweeney, vice-presidenteexecutivoparacombustíveis futuros e dióxido de carbonodaRoyalDutchShell. Elepreviu que o 1% dos combustíveis de transporte do mundo que é hoje biocombustível "poderia facilmente ser 10% na próxima década , aproximadamente." A Shell foi a primeira grande petrolífera a se aventurar significativamentenosnovosbiocombustíveis, em 2002 quando forneceu dinheiro uma companhia canadense, a Iogen Corp.,parapesquisarafabricaçãodeetanoldesobras vegetais.

A Shell também formou parceriascomváriascompanhias pequenas que trabalham melhorando enzimas quedecompõemvárias plantasematériaisedejetospara etanol,produzindocombustíveis de algas e até biogasolinadelíquidosaçucaradosderivados de vegetais. A ChevronformouumajointventurecomaWeyerhaeuserpara desenvolver biocombustíveis de sobras de madeira.

E a Valero Energy Corp., a maior refinadora de petróleo do país, abocanhou sete usinas de etanol de milho da VeraSun Energy nos últimosmesesdesdequeaVera-Sun entrou com pedido de concordata no final de 2008.

"Se dependermos demais das grandes petrolíferas para avançar a agenda do biocombustível", advertiu Jeff Broin, presidente executivo da produtora de etanol Poet, "estaremos usando grandes volumes de petróleo ainda por muitos e muitos anos."

Mas, tomados em conjunto, os projetos de pesquisa e acordos são um forte contraste com os projetos reduzidos de petrolíferas em outras fontes de energia alternativascomohidrogênioesolar.

Eaajudaébem-vindaparapequenascompanhiasempreendedoras que são boas em novas tecnologias, mas fracas em capital

BP vai investir US$1 bilhão emGoiás - Eduardo Magossi – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 30/05/2009

A BP Biofuels Brasil, braço de biocombustíveisdaempresade petróleo britânica BP, anunciou que vai investir US$ 1 bilhão em usinas de açúcar e álcool em Goiás. A informação é do presidente da BP Biofuels Brasil, Mario Lindenhayn. Segundo ele, esses recursos serão utilizados para ampliar a capacidade de produção da usina Tropical Bioenergia, localizada na cidade de Edeia, em Goiás, da qual a BP já possui 50% do controle,enaconstruçãodeum projeto totalmente novo nas proximidades da usina Tropical.

A expectativa é de que, quando em operação total, as duas usinas processem perto de 10 milhões de toneladas de cana por ano.

OexecutivoexplicaqueinvestirBiocombustíveis é estratégicoparaaBP.

Aempresatrabalha com estimativa de que, até 2020, 20% do total de combustíveis consumido no mundo será de biocombustíveis, ante os atuais 2%. Atualmente, a BP já é responsável pela distribuição de 10% do etanol produzido no mundo.

DentrodaestratégiadaBP,o Brasil adquire contornos expressivos graças à sua privilegiada posição de grande produtor de etanol de cana. "O Brasil éopaíscomamaiorcapacidade de crescimento na produção de biocombustíveis", diz. Por isso, Lindenhayn explica que, além dos planejados investimentos em construção e expansão, a empresatambémanalisaa possibilidade de compra de usinas existentes. "Apenas iremos adquirirumausinaecontribuirpara o processo de consolidação dosetor se essa usina estiver de acordo com as diretrizes da BP e trouxer sinergia para nossas operações", diz. E o principal ponto dessa diretriz é a sustentabilidadeesegurançadetrabalho. "Estamos trazendo para o Setordeetanolumconhecimento adquirido no setor de petróleo, onde sustentabilidade e segurança são fundamentais."

Para assegurar essa sustentabilidade, a colheita da cana utilizada na Tropical Bioenergia será 100% mecanizada já na safra 2009/10, a primeira completa que a usina vai operar. A Tropical iniciou suas operações no final da safra passada. Nesta safra, a colheita deverá ficaremtorno de 2,4 milhões de toneladas de cana, a capacidadeoperacionalda usina. Depois da ampliação prevista, essa capacidade dobrará para 4,8 milhõesdetoneladas, amesmaplanejada para a usina que será construída ao lado da Tropical.

"Queremos construir um clusterem Goiás que nos garanta ganhos de escala com sinergia e facilite o escoamento de nossos produtos", diz.Paraoexecutivo,ofundamental não é correr para atingir volume de produção expressiva, mas atender os requisitos de sustentabilidade, higiene, segurança e proteção ambiental praticados no mercado internacional e, assim, conquistar potenciais novos consumidores.

Desde que a BP decidiu criarumadivisãodebiocombustíveis, em 2006, US$ 1,5 bilhão já foram investidos em produção e tecnologia.

No Brasil, a BP Biofuels investe, no momento, apenas noetanoldecana-de-açúcar, por meio da joint venture que possui na Tropical Bioenergia, onde possui 50% das ações.

Os 50% restantes são divididos igualmente entre o grupo Maeda e a Santelisa Vale. “Mas a BP também está investindonaproduçãode outros biocombustíveis, comoetanol de celulose e o biobutanol no mundo, diz.

Nos Estados Unidos, a BP possui uma joint venture com a Verenium, empresa

de biotecnologia, para testar umnovo biocombustível que usa como matéria-prima uma série de gramíneas semelhantes à cana, mas com capacidade elevada de produção de biomassa. “São conhecidas como ‘energy grass’”, diz. Segundo ele, a primeira planta dessa associaçãoparaproduçãocomercialdoprodutoseráconstruída na Flórida e o novo combustívelcelulósicodeveráestar disponível em 2012.

NaInglaterra, aBPpossui uma parceria com a Dupont para produção do biobutanol, biocombustível que possui características próximas às da gasolina, o que permite que possa ser misturado em volumessuperioresaosautorizados hoje para o etanol

POLÍTICA NACIONAL DE BIOCOMBUSTÍVEIS

Etanol

Produtor pode financiar estocagem de etanol – Sítio Eletrônico da CNA – 06/05/2009

O programa de financiamento para formação de estoques de etanol na safra 2009/2010 entrou em operação ontem (5/5), com recursos de R$ 1,3 bilhão, provenientes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As normas do programa constam da Portaria 201, do Ministério da Fazenda, publicada no Diário Oficial da União (DOU). Com essa medida, o governo concede financiamento às usinas, destilarias, empresas de comercialização de etanol e cooperativas de produtores, mediante a garantia do estoque de etanol.
O programa de financiamento dos estoques de etanol é um dos instrumentos de política pública que o governo dispõe e para minimizar as variações dos preços do combustível que sofrem uma queda acentuada na safra (maio a dezembro) e uma elevação significativa na entressafra (janeiro a abril). O governo quer manter linearidade nos preços do etanol combustível. A autorização da subvenção foi concedida em reunião extraordinária do Conselho Monetário Nacional, em 16 de abril deste ano.
Confira a Portaria 201 (MF)

Agência ambiental dos EUA valida o etanol de cana – Ricardo Balthazar – Valor econômico – Agronegócios – 06/05/2009

O etanol do Brasil será o único combustível capaz de cumprir as metas previstas para a expansão do consumo de biocombustíveis nos EUA na próxima década se tecnologias avançadas não se tornarem viáveis comercialmente logo, indicou ontem a Agência de Proteção Ambiental (EPA, em inglês).

Uma resolução proposta pela agência define critérios rigorosos para o cumprimento das metas estabelecidas pela legislação americana, que condiciona aumento do consumo de biocombustíveis a reduções substanciais nas emissões de dióxido de carbono e outros gases responsáveis pelo efeito-estufa.

A resolução é o passo inicial de um processo regulatório que levará meses para ser concluído. Embora o objetivo seja estimular mudanças na maneira como os biocombustíveis são produzidos nos EUA, criando incentivos para a adoção de tecnologias

mais limpas, a medida também poderá criar oportunidades para usineiros brasileiros interessados em elevar suas vendas aos EUA.

A legislação dos EUA determina que as refinarias do país comprem neste ano 42 bilhões de litros de biocombustíveis e elevem o consumo para 136 bilhões de litros até 2022. A maior parte da demanda gerada por essa obrigação atualmente é atendida pelas usinas de etanol locais, que usam o milho como matéria-prima.

Mas os EUA querem frear a expansão das usinas de etanol de milho, para evitar que seu avanço continue empurrando para cima os preços do grão e gerando dificuldades para criadores de gado, indústrias alimentícias e outros setores. Segundo a lei, a produção de etanol de milho deve alcançar 57 bilhões de litros em 2015 e não poderá passar disso.

Os outros 79 bilhões de litros que as refinarias precisarão comprar para cumprir as metas previstas por lei terão que ser produzidos com tecnologias mais modernas, capazes de assegurar reduções de 20% a 60% nas emissões de gases de efeito estufa associadas ao uso de gasolina. Somente o etanol do Brasil, feito de cana, teria condições de atender hoje aos critérios propostos pela EPA.

Segundo cálculos preliminares apresentados ontem pela agência, o uso do etanol de cana como substituto da gasolina permitiria uma redução de 44% nas emissões de gases-estufa. Para cumprir as exigências da EPA, o etanol de cana precisaria assegurar uma redução de 40% a 50%. O uso de etanol de milho permitiria uma redução de apenas 16%.

Combustíveis mais avançados como o etanol celulósico, que pode ser feito com capim, madeira e diversos resíduos vegetais, poderiam alcançar reduções superiores a 100%, diz a EPA. Mas o etanol celulósico ainda não é produzido em escala comercial em lugar nenhum do mundo e muitos especialistas acham que vai demorar para ele se tornar viável.

A resolução da EPA adota um método controverso para calcular a contribuição das usinas para a mudança do clima. Além das emissões associadas diretamente à produção e à distribuição de biocombustíveis, a agência leva em consideração efeitos indiretos da expansão da indústria no desmatamento e no uso da terra em outras partes do planeta.

A resolução será submetida a consulta pública por 60 dias. A administradora da EPA, Lisa Jackson, indicou que está disposta a rever seus cálculos, submetendo os modelos da agência à análise de cientistas e especialistas do setor privado. Representantes da indústria de etanol nos EUA e no Brasil se mobilizam para convencer a agência de que são capazes de alcançar reduções maiores do que as estimadas pelos modelos da EPA.

Estudos de especialistas brasileiros recrutados pela União da Indústria da Cana-de-Açúcar (Unica) e encaminhados à EPA sugerem que o uso do etanol do Brasil em substituição à gasolina pode reduzir em 64% as emissões de gases de efeito estufa, mesmo incluindo na conta estimativas sobre o desmatamento e outros efeitos indiretos, se os modelos reconhecerem a adoção de práticas mais modernas pelas usinas.

Na tentativa de atenuar o impacto negativo que a iniciativa da EPA poderá ter para os produtores de etanol de milho, o governo americano anunciou a criação de um grupo especial com a missão de ajudar a indústria doméstica a desenvolver tecnologias mais avançadas. O grupo será formado pelos departamentos de Agricultura e Energia dos EUA e pela EPA.

Numa teleconferência em que a criação do grupo foi anunciada a jornalistas, o secretário de Energia, Steven Chu, disse ontem que a produção de etanol de milho foi "um bom começo" para reduzir o consumo de petróleo nos EUA, mas o investimento em novas tecnologias dará ao país "opções muito melhores". O governo pretende investir US$ 786,5 milhões neste e no próximo ano para desenvolver a produção de etanol celulósico.

A segunda revolução do etanol – Renée Pereira – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 31/05/2009

Quemconsideraoetanolproduzido de fontes primárias (como cana-de-açúcaremilho)umarevolução da agroenergia nem imagina o que vem pela frente.

Dentro de alguns anos, os biocombustíveistambémserãofeitos a partir do bagaço da canade- açúcar, sabugo de milho, capim, casca de árvore, pneus e até lixo urbano. Para isso, os principais centros de inovação do mundo, financiados por governos e grandes empresas, comoa petrolíferasBPe Shell, estão travando uma verdadeira corrida tecnológica. Será o vencedor aquele que encontrararotamaisviável para transformar os diferentes tipos de biomassa em etanol. Os primeiroslitrosdobiocombustível já foram produzidos em escalaexperimental. Faltaencontrar a fórmula perfeita para a produção em larga escala com custo competitivo aos combustíveis atuais.

No mercado, essa tecnologia tem sido chamada de segunda geração(o etanol feitodefontes primárias é de primeira geração) ouetanoldecelulose.Oprocesso consiste em usar enzimas, micro-organismos ou ácidos para separar os açúcares existentes na biomassa e a partir daí produzir o combustível.

O potencial é elevado, mas ainda há dúvidas em relação ao tempopara transformar os testes em produção comercial. Todos os avanços e desafios Danovatecnologiaserãoexpostosapartirdeamanhãnasegunda edição do Etanol Summit, que contará com cerca de 130 palestrantes de várias partes do mundo, incluindo o ex-presidente americano Bill Clinton, umentusiastadosbiocombustíveis.

Eles darão um panorama dequandoessatecnologiapoderá sair do papel.

Nos Estados Unidos, as pesquisas do etanol de segunda geração começaram há algum tempo e foram reforçadas pela nova política energética que estabelecelimiteparaousodoetanol feito a partir do milho com tecnologiaconvencional.Aprodução, que hoje está em 40 bilhões de litros, poderá chegar a 57 bilhões. Para complementar a oferta, que atingiria 136 bilhões de litros em 2022, seria usadooetanoldesegundageração e outros biocombustíveis, afirma o presidente da União da Indústria da Cana-de-açúcar (Unica), Marcos Jank.

Embora o consumo de combustíveldo país tenha caído por causadacriseeconômica,grandes empresas mantiveram suas pesquisas. Até porque a meta do governo americano é produzir no ano que vem cerca de400milhõesdelitrosdecombustíveis de segunda geração.

Ásia e Europa também desenvolvem tecnologias, que estão sobsegredo industrial.Alémdo discurso sobre o aquecimento global, o objetivo da busca por umnovobiocombustívelédiminuira dependência dopetróleo.

NoBrasil, por causa do enormepotencialdecrescimentodo etanol de primeira geração, a corrida tecnológica ainda está umpoucomaislentaecomorçamentos mais modestos comparados aos do mercado externo, que tem irrigado as pesquisas científicas com bilhões de dólares. Apesar disso, alguns empreendedores acreditam que possamsairnafrenteparamanter a liderança brasileira no mundo dos biocombustíveis.

"O etanol de segunda geração, a partir do bagaço e da palha da cana-de-açúcar, teria capacidade para dobrar o volume de etanol produzido no País com a mesma área plantada", diz Marcos Jank, destacando que este ano o setor alcançará 27 bilhões de litros. Foi de olho nesse potencial que o Centro de Tecnologia Canavieira (CTC) firmou uma parceria com a dinamarquesa Novozymes Latin America, especialista em enzimas industriais.

Juntos, inauguraram em janeiro uma usina piloto, com capacidade para produzir 200 litros de etanol de segunda geração. A rota tecnológica usada chama-se hidrólise enzimática, em que as moléculas de celulosesãotransformadasemaçúcares por meio de enzimas. Hoje o grande desafio é evitar que essas enzimas encareçam demais o produto final, diz opresidenteregionalparaAmérica Latina da Novozymes, Pedro Luiz Fernandes. Segundo ele, a tecnologia já existe, mas, alémdocusto, elaexige aperfeiçoamentos e ajustes. "Emmeados de 2010, esperamos apresentarummodelofinanceiropara vender essa tecnologia."

Um dos ajustes que ela terá de fazer até lá refere-se ao tempoqueaenzimalevaparatransformaracelulosemaçúcar."

O ideal seria terumciclo de24horas, comoocorrenoetanoltradicional", afirma o diretor superintendente do CTC, Nilson Boeta.Aexpectativa dele é que emtrês ou quatro anos a tecnologiaestejadominada, paraprodução em escala industrial.

Oexecutivo acredita que, superadaafasedeaperfeiçoamento tecnológico, o Brasil terá enormecompetitividadenoetanoldecelulose, jáqueamatériaprima não exige logística. "Ela está ali, na própria usina. Nos Estados Unidos, a palha e o sabugodomilhoficamnocampo." Na Dedini, líder na fabricação de equipamentos para o setor sucroalcooleiro, a rota

tecnológica adotada é a hidrólise ácida. Com estudos iniciados hácerca de20anos, a produção do etanol de celulose já passou pelos estágios de laboratório e piloto. Hoje a empresa espera firmaralgumaparceriaparainiciar uma fase semi-industrial.

"A fabricação do etanol já existe. O problema é o custo", diz o vice-presidente de tecnologia e desenvolvimento da empresa, José Olivério. Segundo ele, o combustível custa, pelo menos, o dobro do etanol comum.

AEmpresaBrasileiradePesquisa Agropecuária (Embrapa) também entrou na corrida pela nova tecnologia do etanol decelulose edesenvolveuumtipo de enzima para o processo. Os testes já devem entrar em escala de demonstração (antes da escala industrial). "Tínhamos duas alternativas: comprar a tecnologia ou entrarmos numa agenda de desenvolvimento. Ficamos coma segunda opção", disse o chefe-geral da Embrapa, Frederico Durães. Segundoele, aEmbrapafechou acordocomaFederaçãodasIndústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) para criar uma Empresa de Propósito Específico (EPE) para desenvolver negócios nessa área

Empresa produz diesel da cana-de-açúcar – Renée Pereira – Estado de São Paulo – Economia e Negócios – 31/05/2009

Tudo começou com uma doação de US$ 42 milhões da Fundação Bill & Melinda Gates para a Universidade de Berkeley, na Califórnia (EUA), desenvolver alternativas que barateassem o custo de medicamentos contra a malária no mundo, em 2003. Por meio de uma reengenharia genética, o grupo de pesquisadores não só encontrou a solução para reduzir o preço do remédio como também descobriu a fórmula para produzir diesel 100% feito de cana-de-açúcar – considerado biocombustível de terceira geração.

Foi assim que surgiu a empresa californiana Amyris, hoje com subsidiária em Campinas, no interior de São Paulo. O projeto foi apresentado no Fórum de Davos, em 2005, e caiu nas graças de megainvestidores, que decidiram financiar a inovação. Entre os sócios da empresa estão os fundos de investimentos Kleiner Perkins (do americano John Doerr), Texas Pacific Group (TPG), Khosha Venture (do indiano Vinod Khosha) e a brasileira Votorantim Novos Negócios. Até semana passada, a empresa tinha uma parceria também com a trading brasileira Crystalsev, mas recomprou as ações da companhia.

A partir do dia 25 de junho, a Amyris vai inaugurar uma planta demonstração para a produção do diesel de cana-deaçúcar em escala maior, que permitirá inclusive a comercialização do combustível. Neste primeiro momento, a empresa vai comprar o melaço (cana esmagada) de outras usinas para fabricar o diesel, afirma o diretor-geral da Amyris, Roel Collier. O objetivo, no entanto, é adquirir duas usinas para facilitar a produção. "Estamos conversando com alguns possíveis vendedores, mas ainda não fechamos nada." O executivo também não quis informar o volume de investimento que a empresa está disposta a investir no setor. Ele apenas frisou que, até 2011, a expectativa é produzir 150 milhões de litros de diesel. Isso exigiria entre 2 e 5 milhões de toneladas de

cana. A tecnologia da Amyris pode ser usada não só na produção do diesel de canade-açúcar como também na da querosene de aviação e hidrocarbonetos, livres de enxofre. Para chegar ao produto, usa o processo de fermentação da sacarose da na cana, utilizando praticamente a mesma infraestrutura da produção do etanol.

"O setor sucroalcooleiro subestima o potencial da cana, a melhor matéria-prima para desenvolvimento de uma nova rota tecnológica de combustíveis renováveis", diz Collier. Mesmo caminho está sendo seguido pela BP Biofuels, que estuda nova tecnologia para produção de biobutanol a partir da conversão de açúcares. Por enquanto, as experiências estão sendo feitas no exterior em parceria com a Du Pont. Mas o Brasil está nos planos da companhia, diz o presidente da BR Biofuels, Mario Lindenhayn. Ele destaca que, em 2008, a empresa comprou 50% de uma usina no Estado de Goiás, com capacidade para moer 2,4 milhões de toneladas. O projeto é duplicar essa capacidade nos próximos anos, além de adquirir mas uma nova unidade no País. "O Brasil tem uma posição privilegiada em biocombustíveis. O mercado interno tem grande potencial de crescimento." Lindenhayn comenta que a BP também desenvolve tecnologia para produção do etanol de segunda geração na Flórida, onde uma planta será inaugurada em 2012

Empresa de etanol ligada à GM busca parceria no Brasil – Cleide Silva – Estado de São PAulo – Economia e Negócios – 31/05/2009

Com uma fábrica piloto já em testes na Pensilvânia (EUA), a Coskatainiciaránosegundosemestre a produção de etanol de segundageraçãoderivadodediferentes tipos de dejetos, como grama, palha de milho e cana, restos de pneus, plásticos emadeira. A empresa informa que seu processo rodutivo é inéditoequebuscaparceirosnoBrasilparajointventureoulicenciamento de sua tecnologia. Oobjetivo da empresaé vender o etanol no mercado americano por menos de US$ 1 o galão, ante US$ 2,50 a US$ 2,80 cobrado pela gasolina, que há um ano chegou ao pico de US$ 4. Com o fomento do uso, o etanol pode se transformar em commodity, o que facilitaria a exportaçãodoprodutobrasileiro, aqui chamado de álcool.

No Brasil, explica o diretor de marketing e relações governamentais da Coskata, Wesley Bolsen, a vantagem seria o uso do bagaço da cana, subproduto da própria produção do álcool. Nos EUA, a empresa está fechando parceria com a companhiaUSSugar Corporation para criar "a maior fabricante de etanol de celulose usando folhas da cana de açúcar e bagaço".

Tambémjáocorreramconversas com a Petrobrás. A General Motors é sócia da Coskata nos EUA e será a primeira montadora a utilizar em Seusautomóveisoetanolproduzido pela Coskata. "Queremos retirar o automóvel do debate ambiental",dizoPedroBentancourt, gerente de relações com a indústria da GM do Brasil ao explicar a parceria da matriz, anunciada em 2007. "Mesmo que a sede americana entre em

concordata, os planos conjuntos não serão alterados, pois os investimentos já foram feitos", informa Bentancourt.

SegundoBolsen,comumatonelada de dejetos orgânicos é possível obter 400 litros de etanol, eficiência próxima à obtida na produção com cana-de-açúcaresuperioraoobtidocommilho, hojeaprincipalmatéria-primausada nos EUA.

A diferença maior, informa Bolsen,estánaobtençãodoprodutofinal. ComométodoCoskata – cuja tecnologia é mantida emsegredo –, o resultado é50% a 60% de etanol concentrado. Com a cana, a concentração é decercade20%,próximoaoobtidocomomilho, que tem como desvantagem maior uso de água. O processo da Coskata usa menos de um litro de água por galão de etanol, enquanto o milho e outros cereais precisam de três a quatro litros. Nos EUA, o etanol é usado apenas como mistura à gasolina, numa proporção de 85%. Veículos mov dos com esse combustível são chamados de E85. O país tem cerca de 4 milhões desses carros, menos de 2% da frota circulante. O galão dessa mistura custa entre US$ 1,60 e US$ 1,95, mas está disponível em poucos postos.

"As principais tecnologias da Coskata são os micro-organismos e o projeto do biorreator, aindanãopatenteado",afirma Bolsen. "O objetivo da empresa é desenvolver, na produção de biocombustível com gasogênio, umavantagemcompetitiva sustentável no longo prazo." Asemissõesnoprocessode produção e também no uso do etanol são inferiores aos demais processos e combustíveis, diz. Criada em 2006, a Coskata tem entre seus parceiros, além da GM, a empresa de capital de risco Khosla Ventures (de Vinod Khosla), entre outras.

Produção de etanol celulósico será discutida pela Organização Internacional do Açúcar – Sítio Eletrônico do MAPA – 22/05/2009

Brasília (22.5.2009) – A produção de etanol celulósico será um dos temas centrais da 33ª Reunião da Organização Internacional do Açúcar (OIA) que se realiza de 26 a 28 de maio em Antigua, Guatemala. O assessor do Departamento de Cana-de-Açúcar e Agroenergia do Ministério da Agricultura, José Nilton de Souza Vieira, que participa de *workshop* com especialistas de vários países, falará dos desafios e perspectivas desse novo biocombustível, chamado *etanol de segunda geração*, bem como dos esforços de pesquisa que vêm sendo empreendidos pelo Brasil.

Conforme Vieira, a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e instituições parceiras estudam novas fontes de biomassa ricas em celulose e o melhoramento genético das já conhecidas, como a própria cana-de-açúcar. As pesquisas também envolvem a seleção de microorganismos capazes de produzir enzimas para a quebra das moléculas de celulose, possibilitando a sua fermentação alcoólica.

Etanol - O assessor do Ministério da Agricultura explica que o tema etanol passou a fazer parte dos assuntos discutidos pelos mais de 80 países membros da OIA, depois que o Brasil ampliou significativamente suas exportações de açúcar, a partir de 2002. "Na ocasião, os integrantes da OIA encararam o fato como prejudicial aos demais produtores de açúcar. Porém, as autoridades brasileiras argumentaram que o País se tornou competitivo pela diversificação da indústria açucareira, possível a qualquer país que tenha a cana-de-açúcar como matéria-prima", disse. "O Brasil como detentor de tecnologia de ponta para produção de etanol colocou- se à disposição para colaborar com estes países", completa.

Também estarão na pauta da reunião, a cogeração de energia elétrica e a produção sustentável do etanol, especialmente com foco no desafio de promover, conjuntamente, a segurança alimentar e a segurança energética. Durante o evento, os participantes ainda vão definir os novos temas de estudo a serem apresentados pela organização no próximo encontro, em novembro, na sede da entidade, em Londres. (*Da Redação*)

Biodiesel

Mistura de biodiesel no diesel sobe para 4% - Gerusa Marques e Célia Froufe – Estado de São Paulo – Economia – 15/05/2009

O governo decidiu aumentar dos atuais 3% para 4% a mistura de biodiesel no diesel. A elevação no porcentual, que começa a vigorar a partir de julho, foi anunciada ontem pelo ministro deMinas e Energia, Edison Lobão. A previsão é de que a mistura suba para 5% no próximo ano.

Para evitar impacto inflacionário e aumento do preço final do diesel,o Ministério da Fazenda vai extinguir o PIS e a Cofins que são cobrados sobre o biodiesel. Isso será feito, segundo o ministro, por meio de uma emenda a uma medida provisória que já está tramitando no Congresso Nacional.

Segundo Lobão, o programa do biodiesel "está dando certo" e a previsão é de geração de 100 mil empregos. Para incrementar a produção, o governo está estudando a criação de uma fábrica de biodiesel a partir do dendê no Estado do Pará.

O dendê, de acordo com o ministro, produz 10 vezes mais biodiesel que a soja, hoje responsável por 80% do volume do combustível vegetal produzido no País.

A decisão foi tomada em reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, da qual participou também o ministro da Agricultora, Reinholds Stephanes. A elevação do porcentual de mistura do biodiesel, segundo Stephanes, serve como uma propaganda do País em relação às questões do meio ambiente.

"O governo quer sinalizar ao mundo que o Brasil continua investindo em energia limpa, em biodiesel", comentou.

ADAPTAÇÃO

Segundo uma fonte do governo, a renúncia fiscal com que o governo arcará com a extinção da cobrança do PIS e daCofins sobre o biodiesel é de aproximadamente 1% sobre o valor total do volume comercializado do produto. "Não é bem uma renúncia, é mais uma adaptação",disse a fonte.

O biodiesel começou a ser adotado obrigatoriamente no Brasil em1º de janeiro de 2008, com um porcentual de mistura de 2%. Em 2009, a mistura subiu para 3%. O plano inicial do governo era subir de 2% para 5%somente em 2013, mas se optou pela elevação gradual da mistura e pela antecipação dos 5% para 2010.●

ADIÇÃO DE BIODIESEL VAI A 4% EM JULHO, DIZ LOBÃO – Folha de São Paulo – Dinheiro – 15/05/2009

O ministro Edison Lobão (Minas e Energia) anunciou ontem que, a partir de julho, o diesel vendido no Brasil terá 4% de biodiesel, um ponto percentual a mais do que a mistura feita hoje. Segundo ele, o Ministério da Fazenda extinguirá a cobrança do PIS/Cofins que é cobrado do biodiesel para evitar elevação do preço do diesel em virtude da mudança do grau da mistura. A partir de janeiro, disse o ministro, o diesel terá 5% de biodiesel. "O programa vai avançando sistematicamente", afirmou.

"Biodiesel" não se firma como alternativa para produção familiar – Sítio Eletrônico do MST – 11/05/2009

Pelo menos por enquanto, o discurso de que a produção do biodiesel pode ser um vetor para a melhoria das condições de vida dos agricultores familiares não está sendo comprovado na prática. Atualmente, 80% do biodiesel produzido no Brasil vem do óleo de soja. A participação dos pequenos na cadeia de biodiesel da soja tem se limitado à venda de grãos às usinas, que detém o Selo Combustível Social concedido pelo governo federal e desfrutam das respectivas facilidades de financiamento e incentivos fiscais.

Em vez de aumentar a autonomia das famílias que estão na base da pirâmide rural, a expansão da soja tem, em diversos casos, intensificado a pressão sobre pequenos produtores em áreas como o Baixo Araguaia - conhecido como "Vale dos Esquecidos" entre o Norte do Mato Grosso e o Sul do Pará. A expectativa de asfaltamento de um novo trecho da BR-158, que viabilizará a exportação da soja pelo Porto de Itaqui, no Maranhão, foi suficiente para dobrar o preço do hectare de terra e agravar conflitos fundiários na região.

Em Rondônia, o crescimento das áreas cobertas por soja também influiu no aumento da concentração fundiária, a exemplo de Corumbiara, onde os sojicultores já invadem áreas de reforma agrária. Sem contar os flagrantes de desrespeito à lei ambiental (como o plantio de transgênicos e a utilização de agrotóxicos proibidos) no entorno do Parque Nacional das Emas, em Goiás.

A despeito da inauguração de três usinas de processamento da Petrobras em Quixadá (CE), Candeias (BA) e Montes Claros (MG), a mamona - apontada como alternativa para agricultores familiares, em especial em áreas empobrecidas do país - praticamente não é utilizada para a produção de biodiesel.

Toda a produção brasileira se destina à ricinoquímica, mesmo a parcela adquirida pelas empresas de biodiesel, que, neste caso, atuam como meros atravessadores entre a agricultura familiar e a indústria química.

A dificuldade de incluir pequenos agricultores na "onda" do biodiesel pode ser verificada nos números oficiais do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), que completa cinco anos em 2009. Se o programa conseguir cumprir a meta de inclusão deste ano, apenas 80 mil pequenos produtores, de um universo de mais de quatro milhões de agricultores familiares, serão beneficiados. O último levantamento do governo federal, principal promotor da iniciativa, aponta apenas 28 mil famílias ligadas ao PNPB.

As informações acima fazem parte do quarto relatório "O Brasil dos Agrocombustíveis - impactos das lavouras sobre terra, meio e sociedade", lançado nesta quarta-feira (29). O estudo analisa os impactos econômicos, sociais, ambientais, fundiários e trabalhistas da produção de soja e de mamona nos últimos 12 meses. Para fazer a pesquisa, a equipe do Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis (CMA) da Repórter Brasil percorreu 21,4 mil quilômetros, por meio aéreo e terrestre, nos estados da Bahia, Goiás, Mato Grosso e Rondônia, além do Distrito Federal.

Soja

Com a diminuição de crédito ao agronegócio, a quantidade colhida de soja em 2009 (58,1 milhões de toneladas de grãos) manteve-se no mesmo patamar de 2008 (60 milhões de toneladas), de acordo com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Apesar disso, entre março de 2008 e março de 2009 foram construídas 14 usinas de biodiesel no Brasil, aumentando para 65 o número total de unidades e ampliando a capacidade nacional de produção do combustível em 23%, atingindo 4 bilhões de litros por ano. Apenas um quarto (cerca de 1 bilhão de litros por ano) da capacidade instalada no país está sendo efetivamente utilizada.

O óleo de soja continua sendo a matéria-prima mais utilizada na produção de biodiesel no Brasil, respondendo por 80% do total, em média. Com isso, os agrocombustíveis ainda não representam uma alternativa concreta de fortalecimento da agricultura familiar. No Rio Grande do Sul, por exemplo, estado campeão em vendas de biodiesel no mais recente leilão promovido pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP), a participação dos pequenos agricultores tem se limitado à venda de soja em grão às usinas, que assim obtêm do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) o Selo Combustível Social e as respectivas facilidades de financiamento e incentivos fiscais.

Nos latifúndios, a mecanização intensa e o baixo uso de mão-de-obra nas lavouras de soja não impediram que no ano passado 125 trabalhadores escravos fossem libertados pelos

grupos móveis de fiscalização em sete propriedades onde havia plantio do grão. De acordo com a Comissão Pastoral da Terra (CPT), o caso mais grave em área de soja ocorreu em uma fazenda em Goiás, onde foram encontrados 78 trabalhadores escravos.

Os povos e comunidades tradicionais também sofrem com a aposta brasileira no agronegócio. Não por acaso, a 2ª Assembléia Geral da Mobilização dos Povos Indígenas do Cerrado (Mopic), ocorrida em dezembro de 2008, teve como tema "O impacto da soja sobre as terras indígenas do Cerrado".

Além da campanha da bancada ruralista para que a demarcação de terras indígenas deixe de ser atribuição exclusiva da Fundação Nacional do Índio (Funai) e passe pelo Congresso Nacional, há impactos diretos, como invasão de áreas por fazendas de soja e a poluição (causada pelos agrotóxicos) de nascentes de rios que entram em terras indígenas. Apesar disso, diante da dificuldade em consolidar alternativas de renda sustentáveis para as aldeias, o povo Paresi, no Mato Grosso, produz soja em grande escala, em parceria com fazendeiros e uma empresa de farelo da região.

O lobby ruralista se expressa também na reivindicação por investimentos em infra-estrutura, como o asfaltamento da BR-158, rodovia que viabilizará a exportação da soja pelo Porto de Itaqui, no Maranhão. Apesar de cruzar uma área de transição entre floresta e Cerrado e passar por duas terras indígenas, a obra não tem despertado no governo os mesmos cuidados que a rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163).

Na região do Baixo Araguaia, o chamado "Vale dos Esquecidos", só a expectativa de asfaltamento da BR-158 já foi suficiente para dobrar o preço do hectare de terra, agravar conflitos fundiários e atrair investimentos das multinacionais de soja (a Cargill, por exemplo, quadruplicará a capacidade de armazenamento de um silo localizado à margem da rodovia).

Dentre os impactos socioambientais da produção de soja no Brasil, o relatório traz ainda flagrantes de desrespeito à legislação ambiental no entorno do Parque Nacional das Emas, em Goiás, como o plantio de soja transgênica e a utilização de agrotóxicos proibidos.

Na Amazônia, a pressão da soja sobre a floresta diminuiu, segundo os signatários da Moratória da Soja. Mas ambientalistas avaliam que o desmatamento continua ocorrendo, agora em outros moldes, principalmente em áreas menores. Municípios como Feliz Natal, Gaúcha do Norte e Querência, no Mato Grosso, e Dom Eliseu, no Pará, campeões de desmatamento e importantes produtores de soja, continuaram a desflorestar e a plantar o grão nestas áreas.

Estado eleito pelo CMA para uma análise mais minuciosa, Rondônia vive uma expansão da soja que, de forma geral, tem empurrado a pecuária para áreas de floresta, causando assim o

desmatamento indireto. Os produtores do estado - que em 2008 apresentou o segundo maior crescimento percentual da área de soja do Brasil -, também estão pressionando por mudanças no Código Florestal que permitam uma ampliação do desmatamento legal. A soja em Rondônia também é responsável pelo aumento da concentração fundiária, a exemplo de Corumbiara, onde os sojicultores já invadem áreas de reforma agrária.

Mamona

Em 2009, a área plantada de mamona voltou a sofrer uma pequena queda. Segundo o relatório de safra da Conab de abril de 2009, a oleaginosa deve ocupar cerca de 150 mil hectares, diminuição de 7,8% em comparação com 2008, quando o país plantou cerca de 160 mil hectares. Esta queda atinge principalmente a Região Nordeste, maior produtora do país, que, dos 156 mil hectares cultivados em 2009, plantou apenas 142 mil este ano.

Este fenômeno pode parecer estranho, já que em 2008 a mamona atingiu ótimos preços (um pico de R$ 85 na Bahia e R$ 80 no Rio Grande do Sul). O cultivo da oleaginosa também recebeu um novo incentivo com a inauguração de três usinas da Petrobrás - em Quixadá (CE), Candeias (BA) e Montes Claros (MG) - e a opção política da estatal de investir prioritariamente nos produtores familiares de mamona.

A catastrófica atuação da empresa Brasil Ecodiesel nos últimos anos - atraso nos pagamentos, quebra de contratos, abandono da produção, entre outros -, no entanto, assustou muitos agricultores, que abandonaram a cultura. De acordo com o governo, e três a quatro das seis usinas da Brasil Ecodiesel devem perder o Selo Combustível Social - mecanismo que garante a participação das usinas nos leilões de biodiesel e implica ainda em vantagens fiscais - este ano porque grande parte dos requisitos não foram cumpridos. Segundo o MDA, esta medida deve "quebrar a Brasil Ecodiesel".

Os pequenos agricultores também afirmam que tanto as empresas de biodiesel quanto os governos estaduais atrasaram a entrega de sementes ou entregaram sementes de baixa qualidade. Além disso, não providenciaram a assistência técnica prometida, o que impactou o desenvolvimento da cultura. Outra crítica é a falta de visão sistêmica e de investimentos mais amplos nas propriedades familiares. Em Cafarnaum, município campeão de produção da mamona na região de Irecê, Bahia, centenas de agricultores migram para outros estados em busca de trabalhos temporários porque não sobrevivem da própria produção.

De qualquer forma, apesar de ainda ser a vedete do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) e da Petrobrás, a mamona não é utilizada para biodiesel. Toda a produção brasileira se destina à ricinoquímica, mesmo a parcela adquirida pelas empresas de biodiesel, que, neste caso, atuam como meros atravessadores entre a agricultura familiar e a indústria química.

Este novo relatório do CMA também analisa a fundo as políticas do governo e da Petrobrás para a mamona, mostrando que o PNPB está tendo muitas dificuldades para atingir seus objetivos sociais. Se o programa conseguir cumprir a meta de inclusão deste ano, apenas 80 mil pequenos produtores, de um universo de mais de quatro milhões de agricultores familiares, serão beneficiados. O último levantamento aponta apenas 28 mil famílias ligadas ao PNPB.

Quanto ao Selo Combustível Social, mecanismo que premia empresas que compram da agricultura familiar, mudanças levaram à diminuição das obrigações das usinas no Nordeste, que agora podem incluir na cota de gastos com os custos dos contratos (assistência técnica, sementes, diárias, adubos, alimentação etc.), diminuindo o volume de produção efetivamente comprado dos agricultores - e, consequentemente, diminuindo seus ganhos.

Por fim, a decisão da Petrobrás de investir na mamona, oleaginosa muito mais cara que a soja, pode ser colocada à prova pelo mercado e por seus acionistas nos próximos tempos. No entanto, a empresa se justifica alegando que sua aposta é no futuro, quando a mamona, caso sua área plantada se expanda, poderia se tornar matéria-prima relevante para o biodiesel brasileiro. Enquanto isso, sertanejos nordestinos que cultivam mamona tem encontrado mercado garantido para sua produção no setor químico. É difícil prever, porém, quando a oleaginosa virará de fato biodiesel.

Leia a íntegra do estudo:

Diesel receberá adição de 4% de biodiesel em julho – Paulo de Tarso Lyra – Valor Econômico – Brasil – 15/05/2009

O governo vai adicionar, a partir de julho, 4% de biodiesel no diesel comercializado nas bombas, o chamado B4. O anúncio foi feito ontem pelo ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, após reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A mistura atual prevê 3% de biodiesel no diesel. Para evitar aumento de preço, o governo vai colocar uma emenda na MP 460, em tramitação na Câmara, para zerar a alíquota de PIS/Cofins sobre biocombustíveis. "O preço final na bomba ficará inalterado para o consumidor", assegurou Lobão.

O ministro confirmou que o B5 será comercializado nas bombas a partir de janeiro do próximo ano. E outras adições poderão ser feitas no futuro. "Em São Paulo temos testes em motores com capacidade para misturas até de B20, o que abre um longo caminho a ser percorrido."

A decisão de pedir o fim da cobrança do PIS/Cofins sobre os biocombustíveis foi tomada em conjunto com a equipe econômica. Para a desoneração entrar em vigor, a emenda terá que ser aprovada no Congresso e sancionada pelo presidente Lula.

Na reunião de ontem, que contou ainda com a presença do ministro da Agricultura, Reinhold Stephanes, também ficou definido que será construída uma fábrica, no Estado do Paraná, para extração de biocombustível a partir do dendê.

Lobão explicou que o dendê produz até dez vezes mais óleo que a soja, responsável atualmente por 80% da produção nacional de biocombustíveis. " Ainda não há previsão de início da construção da fábrica, por enquanto, é apenas um projeto", afirmou o ministro.

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Etanol

EUA vetam expansão do etanol de milho - Patrícia Campos Mello – Estado de São Paulo – Internacional – 06/05/2009

Decisão favorece produtores brasileiros de etanol

O governo Barak Obama divulgouontemasnovasregraspara as metas de combustíveis renováveis nos Estados Unidos, que representam uma grande vitória para o etanol de cana brasileiro.

Essas regras classificaram o etanol de cana, oficialmente, como mais eficiente na redução da emissão de poluentes que o de milho, produzido nos EUA. Essa classificação abreocaminhoparausinasbrasileiras concorrerem às cotas de "biocombustíveis avançados", queserãode2,2bilhõesde litros neste ano e chegarão a 80 bilhões de litros em 2020.

A Agência de Proteção Ambiental, a Secretaria de Agricultura e a Secretaria de Energia anunciaram as novas referências, segundo os quais o etanol de milho reduzem 16% as emissõesdepoluentes(emcomparaçãocoma gasolina), enquanto o de cana reduz em 44%.

Esses índices levam em conta a emissão de poluentes durante o transporte e a distribuição, pela queima de combustível nas usinas.Masconsideram também o controverso cálculo do uso indireto da terra: com o aumento da demanda por milho ou cana para produzir etanol, aumenta o preço dessas commoditiesecresceaáreacultivadaem outros lugares, o que causa desmatamento e, consequentemente, emissão de poluentes.

O cálculo foi adotado pelo governo por pressão de grupos ambientais, preocupados com os efeitos dos biocombustíveis no preço dos alimentos e no desmatamento. Para ser "avançado", o combustível

precisa reduzir em pelo menos 50% a emissão de poluentes, com tolerância de 10 pontos porcentuais. assim, o etanol de cana, que reduz em 44%,estáqualificadoparaabastecer os 80 bilhões de litros de combustíveisavançadosqueestão na meta da lei de combustíveis renováveis.Oetanol de milho ficou de fora.

Para ser qualificado apenas de "renovável", o combustível precisa reduzir em pelo menos 20%aemissãodepoluentes.Como o etanol de milho só reduz emissõesem16%, está comprometida toda a justificativa ambiental do lobby do milho para recebersubsídiosemantertarifas sobre o etanol importado.

Como a regra não é retroativa, as usinas de etanol de milho nos EUA continuarão a funcionar e a fornecer para as refinarias.

A regra vale para eventuais novas usinas de etanol de milho,queestãoabaixodaqualificação ambiental. Portanto, na prática, fica impedida a expansãodaproduçãodoetanoldemilho.

CELULOSE É MELHOR

O etanol decelulose é o quepromoveamaiorreduçãonasemissões, de 128%, mas ainda não é viável comercialmente. A diretora da Agência de Proteção Ambiental, Lisa Jackson, deixouclaro que,paraogoverno,o etanol de milho "é apenas uma ponte,umatransiçãoparaapróxima geração de etanol".Opreço do milho no mercado futuro caiu 0,1%, refletindo a esperada queda na demanda.

Essas regras ainda vão passar por um período de consultasde60diaseolobbydoetanol de milho promete protestar.

"Háumgrauenormedeincerteza no cálculo do uso indireto da terra, por isso haverá muita revisão", disse Bob Dineen, diretor executivo da Associação de Combustíveis Renováveis, que representa os produtores de etanoldemilho.Segundoosmodelos usados por Dineen, o etanol de milho reduzematé 61% a emissão de poluentes.

Joel Velasco, representante da Unica nos Estados Unidos, comemorouoanúncio. "Confirma que há diferenças entre os biocombustíveis",disse.Biodiesel de soja reduz em 22% e biodiesel de gordura, em 80%.

Asnovasreferênciassãoparte do plano do governo de usar US$ 786 milhões do pacote de estímulo e US$1,1 bilhão do Departamento de Agricultura para promover combustíveis alternativos.

O plano prevê o aumentodadisponibilidadedeetanol nos postos, maior produção deveículos flex e mais ajuda para produtoresde etanolemdificuldades, já que muitos foram duramente atingidos pela crise e pela queda dos preços

A hora e a vez de uma política de preços para combustíveis – Luiz Augusto Horta – Valor Econômico – Opinião – 12/05/2009

É urgente formar um marco tributário que seja coerente com a política energética e respeite o consumidor

A volatilidade de preços no mercado global de energia tem sido um dos maiores desafios para os governos de todos os países. As grandes variações observadas no valor do petróleo, fundamental para a economia moderna, trazem incertezas para os investidores, pressionam custos e dificultam a política fiscal. Para enfrentar esse quadro, desde os anos noventa se experimentaram diferentes caminhos, com relevantes lições.

No Brasil, um marco nesse processo foi a Lei do Petróleo de 1997, a partir da qual em janeiro de 2002 se completou a abertura do mercado de combustíveis, com os agentes

econômicos definindo competitivamente seus preços, em função dos custos e margens possíveis, sem a intervenção governamental e com um novo marco tributário. De fato, uma mudança significativa, pois durante décadas foi prerrogativa governamental determinar os preços dos combustíveis, do produtor ao consumidor, mediante um cipoal de regulamentos e subsídios explícitos ou ocultos, que no frigir dos ovos trouxeram benefícios para poucos e um enorme custo para toda a sociedade.

Entretanto, ainda que a abertura do mercado dos combustíveis tenha sido estabelecida formalmente no Brasil, duas particularidades dificultam sua efetiva implementação. A primeira é a subordinação da Petrobras, principal produtor e importador, aos ditames de seu maior acionista, orientando sua atuação de forma conservadora, de modo a reduzir os impactos para o consumidor dos movimentos no preço do petróleo. Assim, ainda que com prejuízo para essa empresa, nos períodos de alta os consumidores estariam bem atendidos, quadro que se inverte quando os preços do barril baixam, mas essa redução é represada e não chega aos consumidores. Tal atuação, sem qualquer transparência de suas implicações, sinaliza mal os custos, orienta equivocadamente o mercado e a rigor configura um desrespeito à legislação: vender por preços abaixo do custo é dumping e vender acima dos preços de mercado é igualmente pernicioso e sinal da existência de barreiras de mercado a serem eliminadas.

Em outras palavras, ao manter artificialmente baixos os preços dos combustíveis, não se promove o uso racional da energia e se penaliza os agentes privados, como aliás ocorreu com fechamento das pequenas refinarias brasileiras nos últimos anos.

No contexto atual, onde os preços externos são inferiores, cabe perguntar: se a lei faculta a importação, por exemplo, de óleo diesel, por agentes devidamente habilitados, por que os consumidores brasileiros, principalmente os grandes consumidores, não importam diretamente a preços mais baratos?

A outra dificuldade para a implementação de um mercado de combustíveis mais aberto é a rigidez do marco tributário, que impede o poder público atuar de modo adequado para atenuar impactos e atender legítimas estratégias de governo, como a proteção dos consumidores de menor renda e o estímulo aos combustíveis renováveis, no âmbito de uma política energética saudável.

A redução oportunista e episódica dos tributos dos combustíveis, como observada no Brasil e na maioria dos países nos últimos anos, leva sempre a preços distorcidos e agentes abusando de posições predominantes, com prejuízos para a maioria.

É possível e necessário se estabelecer um melhor ambiente para os preços dos combustíveis no Brasil, com transparência e eficiência. O ponto de partida é a necessidade de reduzir o efeito da inescapável volatilidade dos preços internacionais do petróleo,

mantendo os fundamentos de um mercado aberto, onde os agentes conheçam os custos e saibam como são e podem ser formados os preços, independentemente da vontade do governo.

Nessa direção, o Chile apresenta um exemplo exitoso, adotando desde 2005 um imposto para os combustíveis com uma parte fixa e outra variável, ajustada periodicamente de forma a compensar as variações dos preços internacionais e permitindo que o preço varie em uma faixa de 10% em torno do custo médio de paridade, referido ao petróleo. No caso do país andino, esse tributo está associado ao Fundo de Estabilização dos Preços dos Combustíveis, cujo montante sinaliza as tendências de alta ou baixa, sendo os valores dos custos de paridade (ou de oportunidade) divulgados semanalmente pelo governo.

Em nosso país, quando se introduziu em 2001 o atual modelo tributário para os combustíveis, se pretendia que a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide) fosse periodicamente ajustada de modo a amortecer as variações dos preços internacionais. Ficou faltando, contudo, a definição das formas de ajuste.

Estabelecendo tais regras de modo transparente e previsível, esse modelo pode ser aperfeiçoado, incluindo os biocombustíveis e uma política diferenciada para o gás liquefeito de petróleo (GLP), consolidando as diversas emendas posteriores e recuperando sua importância.

Um marco tributário desse formato, coerente com a política energética, que atenda ao equilíbrio fiscal e respeite o consumidor, é realmente urgente.

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Coordenador
Sergio Leite

Pesquisadores
Georges Flexor, Jorge Romano, Leonilde Medeiros, Nelson Delgado, Philippe Bonnal, Renato S. Maluf, Lauro Mattei e Ademir A. Cazella

Assistentes de Pesquisa
Karina Kato e Silvia Zimmermann

Secretária
Diva de Faria

Observatório de Políticas Públicas para a Agricultura

Programa de Pós-Graduação de Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade
UFRRJ - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Endereço: Av. Presidente Vargas, 417 / 8º andar
Centro Rio de Janeiro - RJ CEP 20071-003

Telefone: 21 2224 8577 – r. 214
Fax: 21 2224 8577 – r. 217
Correio eletrônico: oppa@ufrrj.br
Sítio eletrônico: www.ufrrj.br/cpda

Apoio

CNPq actionaid CIRAD IICA nead Ministério do Desenvolvimento Agrário BRASIL GOVERNO FEDERAL